

ENERGIA ELÉTRICA

MP 579 completa um ano mas insegurança no setor continua

Persistem dúvidas quanto ao futuro das empresas frente ao novo patamar de receitas e quanto ao ônus sobre o Tesouro referente ao despacho das térmicas

SÃO PAULO

Publicada em 11 de setembro de 2012, a Medida Provisória (MP) 579 completa um ano nesta quarta-feira tendo atingido apenas parcialmente seu objetivo de tornar o setor produtivo brasileiro mais competitivo. A MP que determinou a renovação antecipada das concessões de geração e transmissão do setor elétrico, para reduzir em média 20% o custo da energia no País, faz aniversário enquanto persistem dúvidas quanto ao futuro das empresas do setor elétrico frente ao novo patamar reduzido de receitas e quanto ao ônus sobre o Tesouro Nacional referente ao acionamento das termelétricas.

Quando anunciou em rede nacional a redução nas tarifas de energia elétrica, a presidente Dilma Rousseff afirmou que a queda de custo para a indústria chegaria a 28% – enquanto para o consumidor comum seria de 16%. A meta foi prejudicada pela decisão de Cesp, Cemig e Copel de não aderirem à renovação de concessões, compensada pelo governo com a redução de encargos. Outro problema foi a falta de chuvas, que levou a um maior despacho de térmicas, cujo custo não foi re-

passado ao consumidor através de tarifa, mas ao contribuinte, através de repasses do Tesouro Nacional à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que devem somar R\$9 bilhões no ano.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), os custos das indústrias brasileiras com energia elétrica tiveram queda de 5% e 16,1% no primeiro e segundo trimestre de 2013, respectivamente, em relação a um ano antes. Já para as indústrias eletrointensivas – que utilizam energia como insumo na produção – o corte médio foi de apenas 7,5% no período entre setembro de 2012 e julho deste ano, conforme dados da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Isso porque essas empresas compram energia no mercado livre, ambiente que não foi beneficiado pelas cotas de energia mais barata provenientes de usinas já depreciadas.

O desequilíbrio entre mercado livre e cativo é um dos problemas da MP 579, na avaliação da advogada especialista no setor de energia Maria João Rolim. “O setor elétrico depende do equilíbrio entre os dois mercados para garantir uma taxa de retorno satisfatória aos investidores”, diz. Maria João avalia que a medida provisória teve como fator positivo resolver o impasse sobre renovar ou licitar novamente as usinas antigas, mas resultou em uma série de efeitos colaterais que pode-

riam ter sido evitados. “A mudança trouxe um mundo de incertezas, que foram judicializadas, como o rateio do custo das térmicas entre os agentes, estabelecido pela resolução CNPE 03, o destino das usinas que não aderiram à re-



Eduardo Bernini

novação das concessões e, agora, a possibilidade de tributação sobre as indenizações devidas aos que aderiram”, enumera a advogada.

Para o proprietário da Tempo Giusto Consultoria Empresarial e ex-presidente da Eletropaulo, Eduardo Bernini, o principal problema remanescente é reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do setor. “Ainda não sabemos se os novos níveis de remuneração pela prestação de serviços de operação e manutenção das instalações existentes serão suficientes para manter os sistemas de geração e transmissão adequadamente”, avalia Bernini. “A outra dúvida é como os ônus que estão sendo transferidos ao Tesouro poderão ser neutralizados por um aumento no nível da atividade econômica que permita que não haja aumento de carga tributária, o que anularia os benefícios da redução da tarifa”, diz.

O professor da UFRJ e ex-presidente da Eletrobras, Luiz Pinguelli Rosa, avalia que houve uma desorganização do setor. “As empresas reduziram muito a receita e com isso têm dificuldade para realizar suas atividades. A Eletrobras, por exemplo, está realizando um programa de demissões que reduz seu quatro de enge-

nheiros. Há uma ‘destecnificação’ das empresas e o preço a pagar será maiores interrupções de energia”, diz. Segundo ele, a equação do problema é difícil, pois medidas no sentido de melhorar a receita das empresas contrariam o objetivo inicial de reduzir drasticamente as tarifas de energia.

“O governo perdeu a chance de dar um tratamento adequado à questão da renovação de concessões, de modo a atingir o objetivo de modicidade tarifária, de maneira sustentável no longo prazo, de uma forma que pudesse ser vista como uma evolução no ambiente regulatório do setor”, acredita o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Para o especialista, o fato de uma política ter sido concebida de forma unilateral pelo governo, contrariando a tradição do setor elétrico de transparência e participação dos agentes através de audiências públicas é a origem do problema. “A 579 veio com tantos erros e incoerências que o governo se viu forçado a editar uma série de outras medidas provisórias e regras para tentar mitigar os erros causados”, diz. Assim, um ano após a publicação da medida, permanece um clima de insegurança no setor. “Isso manchou a imagem e o resultado das empresas do setor elétrico, o que acaba prejudicando a atração de investimentos”, diz Maria João.

THAIS CARRANÇA

Publicamos 1.503 reportagens sobre

ENERGIA ELÉTRICA

www.dci.com.br

www.panoramabrasil.com.br

Publicada em 11 de setembro de 2012, a Medida Provisória (MP) 579 completa um ano nesta quarta-feira tendo atingido apenas parcialmente seu objetivo de tornar o setor produtivo brasileiro mais competitivo. A MP que determinou a renovação antecipada das concessões de geração e transmissão do setor elétrico, para reduzir em média 20% o custo da energia no País, faz aniversário enquanto persistem dúvidas quanto ao futuro das empresas do setor elétrico frente ao novo patamar reduzido de receitas e quanto ao ônus sobre o Tesouro Nacional referente ao acionamento das termelétricas.

Quando anunciou em rede nacional a redução nas tarifas de energia elétrica, a presidente Dilma Rousseff afirmou que a queda de custo para a indústria chegaria a 28% - enquanto para o consumidor comum seria de 16%. A meta foi prejudicada pela decisão de Cesp, Cemig e Copel de não aderirem à renovação de concessões, compensada pelo governo com a redução de encargos. Outro problema foi a falta de chuvas, que levou a um maior despacho de térmicas, cujo custo não foi repassado ao consumidor através de tarifa, mas ao contribuinte, através de repasses do Tesouro Nacional à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que devem somar R\$ 9 bilhões no ano.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), os custos das indústrias brasileiras com energia elétrica tiveram queda de 5% e 16,1% no primeiro e segundo trimestre de 2013, respectivamente, em relação a um ano antes. Já para as indústrias eletrointensivas - que utilizam energia como insumo na produção - o corte médio foi de apenas 7,5% no período entre setembro de 2012 e julho deste ano, conforme dados da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Isso porque essas empresas compram energia no mercado livre, ambiente que não foi beneficiado pelas cotas de energia mais barata provenientes de usinas já depreciadas.

O desequilíbrio entre mercado livre e cativo é um dos problemas da MP 579, na avaliação da advogada especialista no setor de energia Maria João Rolim. "O setor elétrico depende do equilíbrio entre os dois mercados para garantir uma taxa de retorno satisfatória aos investidores", diz. Maria João avalia que a medida provisória teve como fator positivo resolver o impasse sobre renovar ou licitar novamente as usinas antigas, mas resultou em uma série de efeitos colaterais que poderiam ter sido evitados. "A mudança trouxe um mundo de incertezas, que foram judicializadas, como o rateio do custo das térmicas entre os agentes, estabelecido pela resolução CNPE 03, o destino das usinas que não aderiram à renovação das concessões e, agora, a possibilidade de tributação sobre as indenizações devidas aos que aderiram", enumera a advogada.

Para o proprietário da Tempo Giusto Consultoria Empresarial e ex-presidente da Eletropaulo, Eduardo Bernini, o principal problema remanescente é reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do setor. "Ainda não sabemos se os novos níveis de remuneração pela prestação de serviços de operação e manutenção das instalações existentes serão suficientes para manter os sistemas de geração e transmissão adequadamente", avalia Bernini. "A outra dúvida é como os ônus que estão sendo

transferidos ao Tesouro poderão ser neutralizados por um aumento no nível da atividade econômica que permita que não haja aumento de carga tributária, o que anularia os benefícios da redução da tarifa", diz.

O professor da UFRJ e ex-presidente da Eletrobras, Luiz Pinguelli Rosa, avalia que houve uma desorganização do setor. "As empresas reduziram muito a receita e com isso têm dificuldade para realizar suas atividades. A Eletrobras, por exemplo, está realizando um programa de demissões que reduz seu quadro de engenheiros.

Há uma 'destecnificação' das empresas e o preço a pagar será maiores interrupções de energia", diz. Segundo ele, a equação do problema é difícil, pois medidas no sentido de melhorar a receita das empresas contrariam o objetivo inicial de reduzir drasticamente as tarifas de energia.

"O governo perdeu a chance de dar um tratamento adequado à questão da renovação de concessões, de modo a atingir o objetivo de modicidade tarifária, de maneira sustentável no longo prazo, de uma forma que pudesse ser vista como uma evolução no ambiente regulatório do setor", acredita o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Para o especialista, o fato de a política ter sido concebida de forma unilateral pelo governo, contrariando a tradição do setor elétrico de transparência e participação dos agentes através de audiências públicas é a origem do problema. "A 579 veio com tantos erros e incoerências que o governo se viu forçado a editar uma série de outras medidas provisórias e regras para tentar mitigar os erros causados", diz.

Assim, um ano após a publicação da medida, permanece um clima de insegurança no setor. "Isso manchou a imagem e o resultado das empresas do setor elétrico, o que acaba prejudicando a atração de investimentos", diz Maria João.